

## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DA PARAÍBA Corregedoria Regional Eleitoral

## RESOLUÇÃO Nº 08/2010

Dispõe sobre a criação da Ouvidoria da Justiça Eleitoral.

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 13, inciso I, de seu Regimento Interno e tendo em vista o disposto no art. 96, I, "b" da Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o princípio da eficiência da Administração Pública previsto no *caput* do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o espírito da Emenda Constitucional nº 45, que ensejou a criação do órgão de controle externo do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a necessidade do TRE/PB possibilitar um melhor acesso dos cidadãos aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral;

CONSIDERANDO o objetivo da Justiça Eleitoral de criar instrumentos e meios que garantam a transparência de seus trabalhos e ações, permitindo à sociedade o exercício dos direitos pertinentes à cidadania e acesso às suas atividades;

CONSIDERANDO a obrigação desta Instituição solucionar os problemas oriundos do exercício de suas atividades e de buscar melhor a qualidade dos serviços prestados;

## RESOLVE:

**Art.** 1º – Fica criada, como órgão da Justiça Eleitoral da Paraíba, a Ouvidoria Eleitoral do Estado da Paraíba – OE/PB.

**Art. 2º** – A Ouvidoria Eleitoral é órgão que tem competência para atuar de maneira permanente, interna e externamente, da defesa da cidadania nos assuntos relacionados a trâmite administrativo, procedimentos judiciais, para solucionar problemas e melhorar a qualidade dos serviços, subsistindo as demais unidades competentes da Justiça Eleitoral, sendo delas independente.

Art. 3º - A atribuição básica da Ouvidoria Eleitoral é a de atuar na

defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos, cabendo-lhe especificamente:

 I – apreender as reclamações, sugestões, críticas e elogios da população usuária da Justiça Eleitoral da Paraíba sobre os serviços prestados, considerando a legitimidade de toda e qualquer gestão;

 II – assegurar a todos que procurem a Ouvidoria Eleitoral o retorno das providências adotadas e dos resultados alcançados a partir de sua intervenção;

 III – garantir, a todos os usuários, um caráter de discrição e de fidedignidade ao que lhe for transmitido;

IV – encaminhar aos setores competentes, as reclamações e denúncias que lhe forem dirigidas, com vistas à realização de correções e, quando cabível, à apuração da responsabilidade;

V – desenvolver outras atividades correlatas.

**Art. 4º -** Compete à Ouvidoria identificar as causas e buscar soluções que viabilizem o aprimoramento dos serviços jurisdicionais, a partir das reclamações, informações recebidas dos cidadãos.

**Art. 5º** – A Ouvidoria Eleitoral funcionará com estrutura necessária ao atendimento pessoal, por telefone, fax, e-mail e através de formulário.

§ 1º - A Ouvidoria terá sede no Tribunal Regional Eleitoral.

§ 2º – Integram a estrutura administrativa da Ouvidoria Eleitoral:

I – o Ouvidor Eleitoral;

II - o Auxiliar da Ouvidoria:

III - o Atendente da Ouvidoria.

**Art.** 6º – O Ouvidor Eleitoral será indicado pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral mediante homologação da Corte Eleitoral, em sessão, dentre um dos Juízes Membros que não exerça cargo na administração.

**Parágrafo Único**. O Ouvidor Eleitoral terá mandato de um ano, podendo ser reconduzido por igual período ou até o término do seu biênio.

**Art. 7º** – O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral designará os servidores para desempenhar as funções de Auxiliar e Atendente da Ouvidoria.

**Art. 8º** – Todas as unidades administrativas do Tribunal Regional Eleitoral e os demais órgãos da Justiça Eleitoral deverão, sempre que necessário, prestar apoio e assessoramento técnico às atividades da Ouvidoria.

 $\,$  Art. 9º - Os procedimentos internos e a sistemática de funcionamento da Ouvidoria serão definidos através do Regimento Interno da Ouvidoria Eleitoral a ser aprovada pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões do Tribunal Regional Eleitoral, aos 20 dias de

julho de 2010.

Des. GENÉSIO GOMES PEREIRA FILHO

Presidente do TRE/PB

Des. MANOEL SOARES MONTEIRO

Vice-Presidente TRE/PB

Juiz CARLOS NEVES DA FRANCA NETO

Corregedor Regional Eleitoral

Juíza NILIANE MEIRA LIMA

Membro

Juiz JOÃO BATISTA BARBOSA

Membro

Juiz JOÃO RICARDO COELHO

Membro

Juiz NEWTON NOBEL SOBREIRA VITA

Membro

Dr. WERTON MAGALHÃES COSTA

Procurador Regional Eleitoral